

# Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS  
anacampos.df@dabr.com.br

Breno Fortes/CB/D.A Press



## Diplomação transferida para Centro de Convenções

A diplomação dos políticos eleitos em outubro não ocorrerá mais no auditório do QG do Exército, onde estão acampados cerca de dois mil manifestantes bolsonaristas em protesto contra o resultado das eleições. O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), Roberval Belinati, decidiu transferir o evento para o principal auditório do Centro de Convenções Ulysses Guimarães. A mudança do local da diplomação foi acertada com o governador Ibaneis Rocha (MDB), que entrou no circuito para liberar o uso do auditório sem custos para a Justiça Eleitoral. Embora o Centro de Convenções Ulysses Guimarães tenha gestão privada, o Governo do Distrito Federal tem uma cota própria para eventos. Assim, a diplomação entrará nesta agenda. Ibaneis liberou o local depois de um telefonema do presidente do TRE-DF, Roberval Belinati, ao chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha.

## Símbolos

Não deixa de ser curioso que a diplomação dos eleitos nas urnas deixe de ocorrer num local onde manifestantes pedem intervenção militar e seja transferido para o Centro de Convenções que leva o nome de Ulysses Guimarães, o político que presidiu a Assembleia Nacional Constituinte e promulgou a Constituição de 1988.

Arquivo Agência Brasil



### MANDOU BEM

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, fez, nesta semana, um apelo para que todos se imunizem e atualizem a caderneta de vacinação contra a covid-19, depois que a Anvisa aprovou a liberação da vacina bivalente contra a doença.



### MANDOU MAL

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) afirmou ser uma "imbecilidade" a decisão da Anvisa de retomar a obrigatoriedade do uso de máscaras em aeroportos e aviões e não explicou o motivo de combater uma medida que pode salvar vidas.



### ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lança nesta quarta-feira, com a presença de procuradores-gerais dos Ministérios Públicos e diversos segmentos da área da saúde, o pacto em defesa da consciência da importância da vacinação prevista no Plano Nacional de Imunização, na busca da retomada de índices seguros de cobertura vacinal em todo o Brasil. A ação será coordenada pelo CNMP, por meio do presidente, o procurador-geral da República, Augusto Aras, e da Comissão da Saúde, presidida pelo conselheiro Jayme de Oliveira. Levantamento do CNMP apontou diminuição da cobertura vacinal no Brasil de 2013 para cá, com impactos severos e potencializadores de alto risco à vacinação infantil, especialmente à poliomielite.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



## Paula Belmonte e Bia Kicis assinam requerimento de CPI do TSE

Duas deputadas da bancada do DF assinaram o requerimento do deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) para instalação da CPI do TSE. Bia Kicis (PL-DF) e Paula Belmonte (Cidadania-DF) estão entre os 181 parlamentares que apoiam a investigação. "A fiscalização é um dos principais pilares do nosso mandato. Por isso, fui uma das primeiras parlamentares a assinar a CPI do Abuso de Autoridade do STF e TSE. Precisamos respeitar a população e esclarecer o que for necessário", justificou Paula. "Com o número de assinaturas alcançado, vamos requerer ao presidente a instalação da CPI para apurarmos os abusos de autoridade de ministros do STF e do TSE. Essa é uma das principais ações que podemos fazer na Câmara", registrou. Outros deputados da base bolsonarista no DF, como Celina Leão (PP), Flávia Arruda (PL) e Júlio César Ribeiro (Republicanos) não assinaram.

## Petistas defendem recriação do Ministério das Cidades

Integrantes do PT defendem a recriação do Ministério das Cidades. O tema está sendo discutido pelo grupo de transição na área de habitação e moradia. Presidida por Antonio Sabino, coordenador nacional do setorial de moradia do PT, uma reunião, nesta terça-feira, vai discutir o tema com a presença de Guilherme Boulos, coordenador do Programa de Governo do presidente Lula. Outros temas completam a pauta: o retorno do programa Minha Casa Minha Vida e o fortalecimento da Caixa Econômica Federal como banco popular propulsor de inclusão social.

"Não pode haver dúvida sobre o voto. Se isso for uma mancha na democracia, temos que resolver isso agora. Nós não estamos discutindo a eleição, estamos discutindo a história do Brasil"

Valdemar Costa Neto, presidente do PL, partido de Jair Bolsonaro  
"Foi total má-fé"



EVARISTO SA/AFP

da requerente em seu esdrúxulo e ilícito pedido, ostensivamente atentatório ao Estado Democrático de Direito e realizado de maneira inconsequente com a finalidade de incentivar movimentos criminosos e antidemocráticos"

Alexandre de Moraes, presidente do TSE, sobre a ação do PL que pretende anular votos depositados em parte das urnas no segundo turno



Alejandro Zambrana/Secom/TSE



### SÓ PAPOS

## Na opinião do senhor, o próximo governo deveria recriar o Ministério da Segurança Pública, dividindo o Ministério da Justiça?

Sim, pois a estrutura do atual Ministério da Justiça e Segurança Pública é insuficiente para tratar da diversidade e complexidade dos temas ligados à segurança pública. Atualmente a Secretaria Nacional de Segurança Pública desempenha funções que em outros países, como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, são realizadas por oito ou nove agências. Portanto, não se trata apenas de dar visibilidade ao tema. É fundamental reestruturar a área no governo federal. Mesmo que isso não aconteça imediatamente, devemos ter esse objetivo no horizonte.

## Como deve ser a política de armamento? O que precisa mudar? Como desarmar a população?

Durante a campanha, Lula afirmou que a política de armamento implantada por Jair Bolsonaro seria revista. Para isso, é necessário revogar uma série de decretos e portarias editados nos últimos anos que contrariavam flagrantemente o Estatuto do Desarmamento. Além disso, é preciso aumentar o grau de controle sobre a fabricação e comercialização de armamentos e munições. Existem atualmente dois sistemas destinados a isso: o SIGMA, controlado pela Polícia Federal, e o SINARM, gerido pelo Exército. Os sistemas não conversam entre si e apresentam uma série de deficiências. É preciso aperfeiçoá-los. As pesquisas mostram que a grande maioria da população é contrária à política armamentista. O significativo crescimento do número de pessoas com porte e posse de arma aconteceu num segmento muito específico designado como Caçadores, Atradores

e Colecionadores (CAC). Isso aconteceu devido ao afrouxamento das regras de controle por parte do Exército, permitindo que um único indivíduo comprasse dezenas de armas — incluindo fuzis — e milhares de munições. É necessário fazer um recenseamento dos CAC para saber quantas armas ainda estão de posse dessas pessoas e quantas já caíram nas mãos de criminosos.

## Qual papel a Força Nacional de Segurança deve exercer?

O governo Lula terá que decidir o que fazer com a Força Nacional. O problema não me parece que seja a sua função. Há um certo consenso sobre a necessidade de o governo federal manter um efetivo de policiais e bombeiros para apoiar os estados, bem como para atuar em temas federais como reservas indígenas e proteção de pessoas ameaçadas. A dificuldade está na estrutura. Até hoje a Força Nacional não foi institucionalizada na forma de lei. Ela existe na forma de decretos e portarias e é composta por profissionais cedidos pelos estados e pagos pela União na forma de diárias. O que eleva muito o custo de manutenção. Ou seja, a Força Nacional é pouco institucionalizada e muito cara.

## Qual o principal desafio para a implementação da Política Nacional de Segurança?

Nas últimas décadas, foram anunciados vários planos nacionais de segurança. A maior parte nunca saiu do papel. Alguns deles não tinham foco. Em outros, faltavam metas e indicadores bem definidos. Mas o grande problema a meu ver é a definição do papel do governo federal. A União não tem estrutura nem capilaridade para implantar sozinho uma política de segurança pública.

## À QUEIMA-ROUPA

### ARTHUR TRINDADE,

EX-SECRETÁRIO DE SEGURANÇA DO DF, DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNB, E CONSELHEIRO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



"É necessário fazer um recenseamento dos CAC para saber quantas armas ainda estão de posse dessas pessoas e quantas já caíram nas mãos de criminosos"

São os estados e municípios que, de fato, irão implantar as ações. Portanto, cabe ao governo federal induzir estas ações. O maior desafio é aperfeiçoar essa capacidade de indução.

## Quais são as principais ações necessárias para reduzir a violência contra a mulher?

As violências contra as mulheres continuam sendo um dos maiores problemas da área, a despeito de algumas iniciativas serem bem sucedidas. A criação das Delegacias Especializadas em Atendimento às Mulheres (DEAM) foi um passo importante. Depois vieram outras iniciativas como as patrulhas Maria da Penha, destinadas ao

cumprimento de medidas restritivas. A criação das Casas da Mulher Brasileira que prevê um tratamento multidisciplinar do tema foi outra boa iniciativa. Mas é preciso fazer mais. A maior parte dessas iniciativas se concentra nas capitais. São poucos os municípios do interior que contam com programas de enfrentamento à violência contra mulheres. Também é preciso engajar mais o Judiciário e o Ministério Público nessa luta, uma vez que a maior parte dos casos de violência, especialmente dos feminicídios, segue impune. Também é necessária maior participação da sociedade civil como escolas, igrejas e mídia.

## E para o combate ao crime organizado?

Nos últimos anos, o crime organizado se "federalizou". As principais facções criminosas da região Sudeste passaram a atuar no restante do país. A despeito disso, o combate ao crime organizado segue sendo tarefa eminentemente estadual. Há pouco intercâmbio de informações entre as polícias estaduais. Os raros casos de troca de informações acontecem por iniciativas individuais. Creio que o principal papel do governo estadual é organizar e gerir um sistema nacional de inteligência de segurança pública que seja capaz de compartilhar informações com segurança e confiabilidade.

## Qual crime mais preocupa hoje?

A despeito da queda registrada desde 2017, os homicídios continuam sendo o maior problema nacional. Temos 3% da população mundial e respondemos por 10% do total de homicídios. E mais grave: o quadro é antigo. Convivemos com taxas altíssimas de homicídios há

mais de 30 anos. A boa notícia é que alguns estados implantaram na última década políticas bem sucedidas na redução de homicídios.

A investigação de homicídios também melhorou em alguns estados. A taxa de elucidação de homicídios segue baixa na maior parte dos estados. Entretanto, algumas polícias têm apresentado desempenho extraordinário, conseguindo elucidar mais de 70% dos homicídios. Ou seja, o quadro segue grave, mas já existem boas iniciativas que podem ser replicadas.

## Acredita que a intolerância política que vemos hoje tende a aumentar?

Acho que depende muito das lideranças políticas. Na medida que o discurso político se torna mais radical, a reação de alguns grupos tende a seguir as lideranças. O contrário também pode acontecer. Se os discursos abrandarem, a intolerância também diminuirá. É importante frisar que não há inimigos, mas sim adversários políticos.

## Os policiais militares darão apoio a Bolsonaro mesmo fora do poder?

Bolsonaro conquistou apoio junto aos policiais, principalmente pelo reconhecimento que conferiu ao trabalho desses profissionais. Ele ocupou o espaço deixado pelas lideranças políticas do passado. Resta saber se o novo governo irá valorizar o trabalho policial ou não. Assim, creio que Bolsonaro seguirá gozando de prestígio junto aos policiais, mesmo que esse apoio diminua. Mas é importante notar que a maior parte dos policiais é contrária à política armamentista de Bolsonaro. Bem como, a vacinação alcançou enorme adesão na categoria.